



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3533 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 20 - Psicologia da Educação

Estresse laboral em professores universitários do contexto público e privado de ensino
Paula Katrina Silva E Silva - UFMS - PPGE CPAN - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Procurou-se levantar aspectos psicossociais geradores de estresse no trabalho em docentes do ensino superior de uma cidade no Mato Grosso do Sul, em 2015. Com hipótese de que a sobrecarga laboral, as condições de trabalho, e as relações contratuais são determinantes para maior prevalência de estresse. Buscamos identificar o perfil sociodemográfico e ocupacional, levantar as morbidades autorreferidas, as atividades laborais, as demandas psicológicas e físicas no trabalho, comparando um grupo de professores de uma instituição federal e outro de docentes pertencentes a uma faculdade privada. Foram aplicados questionário sociodemográfico e ocupacional, e o Job Content Questionnaire. Participaram da pesquisa 44 professores universitários (22 de uma instituição pública e 22 de uma privada), os resultados foram calculados pela amostra geral e comparados entre os grupos. As morbidades referidas pelos docentes, com maior prevalência foram estresse (36,36%), ansiedade (31,82%), problemas de sono (27,27%), e rouquidão/perda de voz (25%). Concluiu-se, que é importante a realização de estudos sobre os possíveis riscos psicossociais do trabalho dos professores universitários, tendo em vista a carência de estudos sobre este tema.

Palavras-chaves: Estresse, Docentes, Universidade.

1. Introdução

O trabalho do professor universitário é caracterizado por requerer atividades que exigem o uso da dimensão intelectual, o que lhe permite realizá-lo fora do seu ambiente físico de trabalho ou lotação. Entretanto, essa suposta facilidade faz com que muitas vezes extrapole sua carga horária ou jornada semanal de trabalho, ainda mais se for levada em conta, a política de produtividade científica, que demanda a produção de artigos, pesquisa, além de ministrarem aulas e realizarem projetos de extensão, como é proposto pelas universidades federais. Em algumas instituições privadas existe a exigência de maior qualificação, para que a instituição possa ter condições de concorrer no setor, mas no geral os cursos acabam por se manter com o mínimo de qualificação exigida para seu funcionamento, o que diminui também o valor que pagam pelo trabalho de seus docentes. Já para a entrada e ascensão de docentes nas universidades públicas, a exigência da qualificação costuma ser mais alta, requerendo maior investimento na carreira, mas resultando também em maior sobrecarga emocional e laboral, além do custo cognitivo para poder cumprir todas as solicitações da instituição e da própria prática educacional (Borsoi, 2012).

Outra constatação de Benevides-Pereira *et al.* (2008) é a crescente mudança no trabalho laboral dos docentes, que envolve ter que lidar com as especificidades de cada aluno, e necessita desempenhar um papel mediador através da sua prática de ensino com a finalidade de que a aprendizagem seja significativa, de modo que o aluno seja capaz de manusear as informações transmitidas através desta ação mediadora (Silva, Leal & Landeiro, 2014).

Bassoli e Figueiredo (2014), levando em conta os fatores que se referem às condições de saúde dos profissionais docentes no Brasil, afirmam que o adoecimento dos professores afeta a relação com os alunos e com os colegas de trabalho, a qualidade do ensino e também sua vida pessoal. Considerando esses fatores, é de extrema importância que existam ações preventivas e de promoção de saúde voltadas para os professores, que muitas vezes atuam em ambientes hostis ou inadequados para a realização de sua prática laboral. Ainda segundo as autoras, o adoecimento que promove o desgaste físico e mental, provocado pela sobrecarga e pelas poucas condições de trabalho, juntamente com a falta de reconhecimento e valorização, tem causado o abandono e a desistência da profissão.

É possível dizer que o aumento nas exigências de trabalho não foi acompanhado pelo reconhecimento de suas atividades e nem por uma remuneração adequada. A respeito disto, Nogueira (2012, p. 1238) enfatiza que “sobrecarga de trabalho, grande número de alunos em sala de aula, ausência de materiais para as aulas” colaboram para a frustração na atuação docente. Ainda, o fato dos docentes realizarem atividades na administração acadêmica é devido, muitas vezes, pela falta de um salário decente, fazendo com que os professores trabalhem mais dentro da instituição (Esteves-Ferreira, Santos & Rigolon, 2014).

Silva e Coltre (2009) consideram que o estresse se refere a manifestação através de modificações psicológicas (irritabilidade, medo, dificuldade para dormir, afastamento social, depressão e incapacidade de sentir prazer), fisiológicas (rigidez muscular, dor de cabeça, obesidade, taquicardia e enxaquecas), e imunológicas (imunidade baixa, gripes recorrentes, dificuldade na cicatrização de ferimentos e aumento das doenças autoimunes). O desenvolvimento dessas reações ligadas ao stress tem relação com as demandas internas dos sujeitos, envolvendo o “estilo de vida, experiências, atitudes, crenças e valores, doenças e predisposição genética quanto às pressões externas advindas do meio social onde está inserido” (Silva & Coltre, 2009, p.5).

Também sobre o estresse no ambiente de trabalho, Greco (2011) cita o conceito de Robert Karasek (construído desde 1990), em que define stress como algo ligado ao local de trabalho (ambiente onde as ocorrências de stress são constantes, mesmo que não sejam intensas), juntamente com as respostas fisiológicas adaptativas (reação física estimulada pelo contexto, para adequação ao ambiente de trabalho).

Para Zanelli e cols. (2010) no contexto laboral o estresse é passível de identificação e pode ser controlado. Existem algumas características mais predominantes no ambiente de trabalho que contribuem para seu surgimento, como: um espaço físico precário; sobrecarga de trabalho; nenhuma ou pouca autonomia; atividades repetitivas; conflitos com colegas de trabalho e/ou supervisor; levar trabalhos para casa; a falta de expectativa e instabilidade na carreira. Entende-se, portanto, a exposição de profissionais e dos professores por longo prazo a estressores laborais pode resultar em exaustão e fazer com que desenvolvam a Síndrome de *Burnout*, ou o que pode ser chamado por estresse crônico ou patológico (Silva & Coltre, 2009).

2. Metodologia

Tratou-se de uma pesquisa de conclusão de curso, quantitativa, descritivo-exploratório, realizada em duas instituições de ensino superior, sendo uma pública e outra particular, localizadas na cidade de Corumbá – MS, em 2015. O critério para participar da pesquisa foi lecionar nos cursos de Administração ou Direito, os quais existiam nas duas instituições, com aulas presenciais. O critério de exclusão adotado foi não encontrar os docentes no dia agendado para a aplicação dos instrumentos, e também não foi realizada a pesquisa com os docentes que estavam afastados de licença médica ou para capacitação.

Participaram do estudo 44 professores universitários pertencentes aos cursos de Administração e do Direito das duas instituições, uma pública e outra privada, na cidade de Corumbá-MS, no ano de 2015. Todos os 50 professores das universidades foram convidados a participar, sendo que seis docentes estavam incluídos no critério de exclusão da pesquisa, o qual foi definido da seguinte maneira: estar de licença médica, não ser encontrado na instituição no momento da pesquisa e não aceitar responder às questões ou assinar o TCLE. Dos docentes que participaram da pesquisa 18 eram mulheres (oito da instituição pública e 10 da particular), e 26 homens (14 do setor público e 12 do privado), estando 54,55% na faixa etária entre 31 e 40 anos de idade, sendo casados(as) 77,27%.

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico e Ocupacional: composto por perguntas fechadas autoaplicáveis sobre sexo, estado civil, idade, presença de filhos, escolaridade, atividades laborais que realiza, satisfação e reconhecimento na escolha da carreira docente, características do ambiente laboral e morbidades autorreferidas.

Job Content Questionnaire (JCQ): modelo de demanda-controle (D-C) proposto por Robert Karasek no fim da década de 1970, o JCQ é validado no Brasil e faz mensuração aos aspectos psicossociais laborais do modelo D-C, sendo o instrumento completo possui 49 questões. A escala está dividida em cinco dimensões e quatro subdimensões do trabalho: controle sobre o próprio trabalho (uso de habilidades e autoridade decisória), demandas psicológicas, físicas, insegurança no trabalho e apoio social (da chefia e dos colegas do trabalho). A maior parte das afirmativas segue o padrão da escala Likert, sendo quatro possibilidades de respostas, variando de um (discordo fortemente) até quatro (concordo fortemente). Os quadrantes do modelo D-C são distribuídos em: alta exigência onde se encontra baixo controle somado a alta demanda; baixa exigência refere-se ao alto controle juntamente com baixa demanda; trabalho passivo, onde o baixo controle esta ligada a baixa demanda; e o trabalho ativo, que se refere ao alto controle juntamente a alta demanda (Araújo, 2010).

3. Resultados e Discussão

No geral verificou-se que houve uma maior prevalência de homens na amostra geral, totalizando 59,09% para 40,91% de mulheres. Na universidade pública constatou-se uma maior discrepância entre os gêneros, havendo 36,36% de mulheres para 63,64% de homens, visto que na faculdade particular constatou-se a existência de 45,45% de mulheres e 54,55% de homens. Apesar da crescente ascensão do gênero feminino em vários setores do mercado de trabalho, observou-se que essa realidade nos cursos estudados ainda é defasada, devendo ser mais estudada, pois, de acordo com Oliveira *et al.* (2015) atualmente no ambiente universitário a presença do gênero feminino é cada vez mais efetiva, tendo ocupado cada vez mais postos de prestígio nesses contextos, apesar da igualdade entre os gêneros não ter se efetivado.

A expressiva desproporção quanto ao grau de escolaridade entre os grupos de docentes diz respeito fundamentalmente às exigências de contratação, uma vez que os concursos públicos de admissão exigem alto nível educacional. Essa não é a realidade nas instituições particulares, visto que o incentivo à criação de faculdades no país segue a ótica do mercado, onde o interesse maior é o financeiro ao invés do educacional, não existindo uma exigência rigorosa quanto à titulação desses docentes. Além disso, professores com baixa titulação são menos onerosos, já que o custo na contratação e pagamento de professores com maior qualificação resulta em maior gasto referente à hora/aula ministrada (Oliveira *et al.*, 2015).

Sobre as atividades laborais, um fato que chamou bastante atenção foi que 95,45% dos professores da IES particular (para apenas 18,18% da universidade pública) relataram exercer outra atividade remunerada além da docência (o que equivale a 21 docentes da instituição privada e quatro professores da universidade pública).

O acúmulo de atividades dentro e fora da universidade não foi uma realidade predominante na IES pública, possivelmente por conta do contrato de 40 horas ou de dedicação exclusiva, visto que 20 docentes da universidade pública (90,91%, n=22) disseram trabalhar 40 horas por semana, enquanto que 10 docentes da na IES privada (50%, n=20) trabalhavam mais de 40 horas por semana. Esses dados demonstraram que o grupo da IES particular faz uso de outras fontes de renda ou trabalho para complementação financeira, não sendo essa a realidade dos professores da IES pública, que têm em sua maioria o regime de trabalho de dedicação exclusiva (Oliveira *et al.*, 2015). Importante pontuar que longos períodos despendidos às atividades de trabalho são os principais desencadeadores de stress (Strobino, 2009 citado por Oliveira *et al.*, 2015).

Sobre a sobrecarga de trabalho, 77,27% dos participantes da IES pública e 59,09% da IES privada responderam que se sentem sobrecarregados com seu trabalho. Apesar de não trabalharem em outros lugares, 54,55% da IES pública ocupam outros cargos na universidade, para apenas 31,82% dos professores da IES privada. Sobre isso, Leda (2006) citado por Oliveira *et al.* (2015) considera que os docentes são afetados pelas transformações do contexto laboral, que constantemente aumentam as cobranças e ampliam a quantidade de trabalho ligado à administração institucional. A referida autora cita outro fato importante sobre o trabalho desenvolvido pelos professores, sendo fundamentalmente intelectual, possibilitando que o labor despendido por esses profissionais, ultrapassem os “muros das

instituições”, resultado da exigência de produção científica, quantidade de aulas e supervisões. Essas atividades acadêmicas são avaliadas quantitativamente, quando relacionadas ao investimento financeiro das pesquisas de acordo com a produtividade nas IES públicas (Oliveira *et al.*, 2015, p. 6).

Sobre a percepção donexo causal entre trabalho e morbidades autorreferidas, 66,67% dos docentes da IES pública (n=21) e 63,64% da IES privada (n=22) não percebem relação entre seu adocimento e sua atividade profissional.

Farias Júnior (2014) considera que a intensa exposição (física e mental) a atividades de trabalho pelos docentes pode resultar em stress, ansiedade, hipertensão e outros sintomas, físicos ou psíquicos. Em sua pesquisa com professores universitários, Lima e Lima-Filho (2009) constataram que o ambiente, as condições de trabalho docente e outras deficiências do setor podem favorecer ao desenvolvimento de doenças como: estresse, *Burnout*, ansiedade, tendinite, problemas relacionados à voz, hipertensão arterial, cansaço mental, problemas com o sono, entre outras enfermidades. Então, mesmo os docentes pesquisados não conseguindo estabelecer que essas morbidades tenham relação com o seu ambiente de trabalho, existem estudos que constataam a associação entre as morbidades autorreferidas e o trabalho desenvolvido pelo docente.

Para a avaliação das demandas psicológicas e físicas do trabalho foram utilizadas as questões sobre o tempo para realização das atividades, volume de trabalho, necessidade de esforço físico, controle sobre o trabalho, a partir da avaliação do JCQ.

Quanto à demanda psicológica, o tempo fornecido para a realização das atividades do trabalho foi considerado suficiente por ambos os grupos (pública 81,82% e particular 59,09%); 54,55% na universidade pública e 68,18% da IES privada discordaram/discordaram fortemente que o trabalho requer que o realizem muito rapidamente; e 59,09% da IES pública e 36,36% da instituição privada concordaram/concorda fortemente que são solicitados a realizar um volume excessivo de trabalho. Com isso, é possível constatar que os professores da universidade pública executam maior quantidade de atividades laborais, em comparação aos docentes da instituição particular.

A respeito do controle sobre o trabalho, todos os professores em ambos os grupos (IES pública e privada) concordam/concordam fortemente que suas atividades exigem um alto nível de habilidade; todos da instituição privada e 95,45% da pública concordam/concordam fortemente que o trabalho lhes possibilita aprender coisas novas; todos os docentes da universidade pública e 95,45% da particular concordam/concordam fortemente que as atividades que exercem requer que eles sejam criativos; 81,82% da instituição pública e 95,45% da particular concordam/concordam fortemente que desenvolvem habilidades especiais no ambiente laboral. Entretanto, 50% da IES pública e 59,09% da instituição privada concordam/concordam fortemente que sua atividade envolve muita repetição.

Considerando os agrupamentos do modelo Demanda-Controle (D-C), foram constatados escores decrescentes nos dois grupos estudados. Na IES pública foram obtidos os seguintes resultados: 11,81% de trabalho ativo, 10,31% trabalho passivo, 32,54% alta exigência e 23,86% baixa exigência. O grupo da instituição particular apresentou resultados parecidos, constatando-se 11,63% de trabalho ativo; 9,68%, trabalho passivo; 25% alta exigência e 24% baixa exigência. Estes dados indicam que os docentes de ambas as instituições têm uma alta demanda psicológica e alto grau de controle perante o trabalho, o que, conforme Araújo (2010) significa que há riscos de exigência e adocimento psicológico, entretanto, existe incentivo para que os docentes desenvolvam novas formas de comportamento, pois há a possibilidade a aprendizagem, desenvolvimento e uso da criatividade no trabalho. Esses resultados são parecidos ao da pesquisa realizada por Barbosa (2014), que avaliou condições de saúde e trabalho em funcionários de uma instituição federal (“trabalho ativo” 32%, “trabalho passivo” 24%, “baixa exigência” 23% e “alta exigência” 21%).

4. Considerações Finais

Observou-se que não existe grande demanda física do trabalho, mas sim alta demanda psicológica e alto grau de controle perante o trabalho nos dois grupos, o que acaba por ser um fator motivador no modelo proposto por Karasek, já que possibilita o desenvolvimento, criatividade e aprendizagem de habilidades na realização das atividades. Entretanto, a sobrecarga de trabalho foi constatada nos dois grupos, visto que a hipótese inicial de que os professores da instituição particular estariam mais sujeitos e expostos a eventos estressores no trabalho não se confirmou.

O estudo teve como limitação o pequeno número de participantes, por se tratar de um estudo

quantitativo, e o fato de não ter levantado a faixa salarial dos professores, o que indicaria a necessidade ou não de realização de outras atividades além da docência. Também não foi apreendido o uso do tempo livre e o relacionamento com a família/lazer, o que se entende ser de suma importância para a manutenção da saúde mental da categoria, visto que pela sobrecarga de trabalho muitos professores estão sujeitos a riscos psicossociais originado do ambiente laboral.

Referências

Araújo, T. M. de. (2010). Uso do Job Content Questionnaire na avaliação dos aspectos psicossociais do trabalho e saúde mental: resultados de um estudo com professores. In: Glina, D. M. R.; Rocha, L. R. (Orgs.) *Saúde mental no trabalho: da teoria à prática* São Paulo: Roca.

Barbosa, A. C. de O. (2014). *Condições de Trabalho e Saúde dos Secretários de Programas de Pós-graduação de uma Universidade Federal*. (Dissertação de Mestrado - Faculdade de Medicina da Bahia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

Bassoli, E. N. & Figueiredo, V. C. N. (2014). Condições de saúde de professores universitários do pantanal sul-matogrossense. *X Seminário Internacional da Rede Estrado*. Salvador - Bahia.

Benevides-Pereira, A. M. T., Yaegashi, S. F. R, Alves, I. C. B. & Lara, S. de. (2008). *O trabalho docente e o burnout: um estudo em professores paranaenses*. In.: EDUCERE.

Borsoi, I. C. F. (2012) Trabalho e produtividade: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 15(1), pp. 81-100. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

Esteves-Ferreira, A. A., Santos, D. E. & Rigolon, R. G. (2014). Avaliação comparativa dos sintomas da síndrome de burnout em professores de escolas públicas e privadas. *Revista Brasileira de Educação*, 19(59), pp. 987-1002.

Farias Júnior, R. S. de (2014) *A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas/mercantis*. (Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, PA.

Greco, P. B. T. (2011) *Distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores dos Centros de atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul*. (Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências da Saúde, Santa Maria, RS.

Lima, M. de F. E. M. & Lima-Filho, D. de O. (2009) Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. *Ciências & Cognição*, 14(3), pp. 062-082.

Nogueira, A. L. H. (2012) Concepções de "trabalho docente": as condições concretas e os discursos das prescrições oficiais. *Educação & Sociedade*, 33(121), pp. 1237-1254.

Oliveira, M. M., Menezes, R. S. S., Alcântara, V. De C., Dorneles Silva, F. & Nogueira Silva, N. (2015). **Conciliando a carreira docente e família**: um estudo comparativo entre professoras de instituição de ensino superior pública e privada. *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica* 26(1), pp. 69-102.

Silva, S. F. P. da & Coltre, S. M. (2009) O nível de estresse dos docentes da área da saúde em uma instituição de ensino superior privada no oeste do Paraná. *XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*. Florianópolis, SC.

Silva, C. V. M. da, Leal, I. O. J. & Landeiro, R. B. R. (2014) A prática docente do professor universitário. *X Seminário Internacional Da Rede Estrado*. Salvador, BA.

Zanelli, J. C., Calzaretta, A. V., Garcia, A. J., Lipp, M. E. N. & Chambel, M. J. (2010) *Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenção baseada em evidências*. Porto Alegre, Artmed.